

**Recanto do Lago, 26 de Junho de 2024.**

**À Dr<sup>a</sup> Shirley Machado - Ministério Público do Estado de Minas Gerais**  
**À Fundação Getúlio Vargas - FGV**

A comunidade de Recanto do Lago, também conhecida como Grota do Urubu, vem por meio desta carta, novamente relatar as dificuldades de acesso ao Programa de Transferência de Renda enfrentadas pelos moradores desde o início do programa. Ressaltamos que a nossa comunidade está totalmente dentro do buffer de 1 km e, portanto, atende ao critério territorial.

Nossa principal dificuldade está relacionada ao comprovante de endereço, pois não temos um documento que se enquadre completamente ao Manual de Critérios. Temos as notas promissórias relativas à compra do lote, no ano de 2018. Além disso, destacamos também que a comunidade possui uma Associação de Moradores desde o ano de 2022, período no qual esta se tornou responsável pela gestão do poço comunitário, através de uma doação da imobiliária, o que permitiria a emissão de uma declaração relativa à utilização do poço.

Sabemos que é direito nosso tentar construir uma alternativa, a partir dos documentos que temos, junto da instituição responsável pelo programa, a FGV, assim como afirma o Edital de Chamamento da Entidade Gestora do PTR. Para isso gostaríamos de uma oportunidade de diálogo, queremos uma reunião com a entidade gestora do Anexo 1.2, para chegarmos a uma solução.

Há tempos estamos apresentando as nossas dificuldades e solicitando que nos seja possibilitado isso. A primeira vez que fizemos essa solicitação foi em julho de 2023, através de um relatório que apresentava a situação documental de várias comunidades da região do Baixo Paraopeba, enviado pela então Comissão Baixo Paraopeba. Recebemos uma resposta formal da FGV, que nos disse que iria analisar o documento. No entanto, não tivemos até hoje a resposta sobre essa análise. Depois, diante da prática da FGV, nós, representantes da Comunidade Recanto do Lago, protocolamos uma carta no posto de atendimento da FGV em Felixlândia, na qual demandamos respostas sobre questões relacionadas ao georreferenciamento e o prazo para a realização da visita técnica após a solicitação comunitária. A FGV respondeu a respeito dos prazos relacionados ao georreferenciamento, disponibilizou dados sobre o número e o status de cadastros realizados, mas não nos deu uma resposta sobre essa construção de uma forma de comprovação alternativa.

Diante disso, em visita do Ministério Público de Minas Gerais ao município de Felixlândia, entregamos uma nova carta de Recanto do Lago, reiterando a solicitação por uma visita técnica na comunidade. A carta foi, posteriormente, enviada por e-mail para a Defensoria Pública e para a FGV, que, como resposta, reenviou o ofício já enviado em setembro. Portanto, seguiu sem dar encaminhamento à demanda apresentada por Recanto do Lago.

A FGV, tem ido a nossa comunidade, para realizar visitas e fazer questionamentos sobre alguns moradores, mas até o presente momento não deixou claro para a comunidade, qual tipo de atividade vem desenvolvendo. Importante ressaltar ainda que em reunião de devolutiva realizada pelo Ministério Público de Minas Gerais, no dia 28 de novembro de 2023, a FGV informou através de nota que já foi realizada visita técnica para realização de entrevista e coleta de evidências, mas nós, representantes da comunidade, desconhecemos esse fato e gostaríamos de informações mais precisas a respeito.

Nesse sentido, nós, representantes, solicitamos:

- 1) Devolutiva sobre a análise, aparentemente em andamento, dos documentos enviados anteriormente pela comissão e comunidade.
- 2) Que sejam aceitas como comprovante de endereço as promissórias de 2018, referentes ao pagamento de entrada do lote, juntamente com as declarações emitidas pela associação de moradores de Recanto do Lago relativa à utilização da água do poço comunitário.
- 3) Informações mais precisas sobre a visita técnica que a FGV afirmou ter realizado na comunidade de Recanto do Lago, conforme citado em reunião de devolutiva do MPMG em novembro de 2023. E outras visitas que a supervisora de campo da FGV, realizou na nossa comunidade, queremos saber quais eram os objetivos desses campos.
- 4) Queremos solicitar uma reunião com representantes da FGV-PTR e nossa comunidade, para esclarecer dúvidas sobre as formas de comprovação ao PTR e dialogar para construir, formas de contribuição possíveis a nossa comunidade.

Certos de que, finalmente, seremos ouvidos, agradecemos e aguardamos retorno.

Atenciosamente,

Representantes da Comunidade Recanto do Lago - Comissão Baixo Paraopeba